



Sábado

23-02-2012

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Política

Dimensão: 292

Imagem: N/Cor

Página (s): 10

As despesas secretas dos ministros

Se um ministro, no exercício de funções, vai almoçar fora, os contribuintes têm o direito de saber que restaurante escolheu, o que comeu de entrada, prato principal e sobremesa, o que bebeu e que gorjeta deixou ao empregado? A resposta, penosa de tão óbvia, é: claro que sim. Aliás, os governantes deviam repetir 20 vezes, para não se esquecerem nunca: as despesas que fazem no exercício das suas funções não são privadas, o dinheiro que as paga não é privado – e o interesse sobre elas é público.

Infelizmente, em Portugal, o Governo acha que é dono do dinheiro do Estado. Por isso, foi preciso que a Associação Sindical dos Juízes levasse um processo ao Supremo Tribunal Administrativo para o Executivo ser obrigado a revelar todos os detalhes sobre os cartões de crédito usados pelos ministros. Sabe-se agora, por exemplo, que os ministérios de José Sócrates praticamente só não davam crédito às empregadas de limpeza: na Defesa, por exemplo, o ministro tinha um cartão com 10 mil euros de *plafond*, os seus dois ajudantes de campo também, o secretário de Estado também, o chefe de gabinete do secretário de Estado também e o ajudante de campo do secretário de Estado também. Na Cultura, a ministra tinha um cartão de 5 mil euros. E na Justiça, o ministro tinha outro cartão, de 4 mil euros.

Tratava-se, claro, de despesas secretas: a sua origem não constava dos orçamentos e o seu conteúdo não era revelado. Mesmo agora, com a ordem do Supremo Tribunal Administrativo, há resistências a mostrar os documentos.

Augusto Santos Silva, que ocupou o cargo de ministro da Defesa, levou esta semana ao extremo a confusão entre si próprio e o Estado, em declarações ao *Correio da Manhã*. Magnânimo, afirmou: “Autorizo o ministério a divulgar os custos com o meu cartão.” Como se as despesas feitas com dinheiro público precisassem de “autorização” de quem as faz para serem reveladas e como se o cartão de crédito fosse “seu”. Parece que o actual ministro da Defesa concorda com esta forma de ver o mundo. Confrontado com um pedido da SÁBADO para consultar as despesas de Augusto Santos Silva, fonte do ministério disse que iria enviar esses documentos ao anterior ministro para ser ele a revelá-los – mais uma vez, como se estivesse em causa informação privada.

Há uma forma de arrumar de vez estes problemas que envol-

vem cartões de crédito: basta acabar com eles. Não é difícil. Afinal, foi isso mesmo que o actual Governo fez quando tomou posse. Agora, os ministros pagam as suas despesas e depois pedem um reembolso. É mais transparente? Talvez. Mas não chega – também esses reembolsos têm de ser tornados públicos.

OS SERVIÇOS DA UNIÃO EUROPEIA querem punir os jornalistas da TVI por terem divulgado a hoje célebre conversa que os ministros Vítor Gaspar e Wolfgang Schäuble tiveram antes de uma reunião – e estão no seu direito, apesar de um repórter espanhol ter feito a mesma coisa, na mesma altura, ao ministro das Finanças do seu país e ter escapado ileso. Mas convém manter uma noção, ainda que mínima, do ridículo. Maria Rui Fonseca, a porta-voz da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, que em tempos foi assessora directa de José Sócrates, usou todo o seu zelo para tentar que a esta-

O governo Sócrates só não dava crédito às empregadas de limpeza: o ministro tinha cartão, os ajudantes também, o secretário de Estado também, o chefe de gabinete do secretário de Estado também – e havia mais

ção fosse tratada como uma televisão leprosa: defendeu que “a TVI devia ser banida para sempre” das reuniões europeias. Não por um mês, nem por dois – “para sempre”. Nem Wolfgang Schäuble pediria tanto.

O PARLAMENTO ESTÁ A DISCUTIR desde 2010 se os deputados devem beber água engarrafada ou da torneira. Com a habilitação para números que lhe é reconhecida, o Conselho de Administração da Assembleia concluiu esta semana que é 30 vezes mais caro usar a água da torneira em vez da engarrafada, uma vez que se devem contabilizar os custos de pessoal “para o enchimento, limpeza, colocação e arrumo dos vasilhames”. Qualquer ser humano normal que tenha de gerir as suas despesas pessoais percebe que isto é um absurdo – mas o nosso Parlamento é tudo menos normal. ●